## Projeto de Lei n.º de 2003 (Dep. Carlos Nader)

"Estabelece a obrigação da fabricação de proteções contra capotagens e outros equipamentos de segurança em máquinas agrícolas."

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As tratores, colheitadeiras agrícolas, pulverizadores de lavouras, máquinas agrícolas fabricados no País ou importados deverão, obrigatoriamente, dispor de estruturas de proteção contra capotagem, como cinto de segurança, ou de cabine com estrutura e cinto de segurança eficientes para a proteção do operador, em caso de capotagem e tombamento.

Art. 2º Os maquinarios agrícolas, fabricados no País ou importados, deverão dispor de protetores auriculares para uso do operado e ter seus níveis de ruído desferidos por seus motores compatíveis com os fixados pelas normas de segurança e higiene do trabalho.

§ 1º Os manuais e catálogos que acompanham obrigatoriamente os tratores e máquinas agrícolas deverão ilustrar informações sobre a necessidade do uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual ou de redução do tempo de exposição a ruídos, conforme explicitam as normas referidas no caput deste artigo.

§ 2º Os tratores e máquinas agrícola, para serem comercializados no Brasil, deverão planejar um sistema de exaustão de gases de escape que dirija a fumaça para longe do operador.

§ 3º As instâncias desta lei são empregadas a tratores e máquinas agrícolas que vierem a ser produzidas e, ou importadas a partir de 12 meses da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei tem como objetivo obrigar os fabricantes e importadores de tratores e máquinas agrícolas a prover estes veículos de estrutura de proteção contra capotagem e outros equipamentos de segurança.

Visando a proteção dos operadores, com desse tipo de equipamento, aumentando a sua segurança, esta proposição possui relevante alcance social e ademais, contribuirá para a redução dos gastos previdenciarios decorrentes da cobertura de acidentes de trabalho.

Nobres colegas, a ampliação do prazo de adaptação dos fabricantes às exigências desta lei faz-se também necessária, haja vista o tempo preciso para os testes de comprovação da eficiência das modificações realizadas. Oportuna também a inclusão da participação na regulamentação da lei, das entidades e associações representativas dos fabricantes e máquinas agrícolas, assegurando, assim sua melhor adequação à realidade dos diversos mercados a que se aplicam.

Diante do exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, de

de 2003.

Deputado Carlos Nader PFL-RJ